

澳門特別行政區

REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU

澳門特別行政區 第16/2007號行政法規

REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU

教育發展基金制度

Regulamento Administrativo n.º 16/2007

Regime do Fundo de Desenvolvimento Educativo

行政長官根據《澳門特別行政區基本法》第五十條(五)項，以及第9/2006號法律第四十八條第六款及第五十三條的規定，經徵詢行政會的意見，制定本行政法規。

O Chefe do Executivo, depois de ouvido o Conselho Executivo, decreta, nos termos da alínea 5) do artigo 50.º da Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau e nos termos do n.º 6 do artigo 48.º e do artigo 53.º da Lei n.º 9/2006, para valer como regulamento administrativo, o seguinte:

第一條 性質

Artigo 1.º

Natureza

透過第9/2006號法律設立的教育發展基金為一享有行政、財政及財產自治權的公法人，且附屬於教育暨青年局而運作。

O Fundo de Desenvolvimento Educativo, adiante abreviadamente designado por FDE, criado pela Lei n.º 9/2006, é uma pessoa colectiva de direito público, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, que funciona junto da Direcção dos Serviços de Educação e Juventude, adiante abreviadamente designada por DSEJ.

第二條 職責

Artigo 2.º

Atribuições

教育發展基金透過無償資助及優惠信貸，支援和推動在非高等教育領域內展開各類具發展性的教育計劃和活動。

O FDE apoia e impulsiona os diversos planos e actividades educativas com características de desenvolvimento, na área do ensino não superior, através da concessão de subsídios a fundo perdido e de créditos bonificados.

第三條 監督

Artigo 3.º

Tutela

教育發展基金受社會文化司司長監督，為此社會文化司司長尤具下列職權：

O FDE está sujeito à tutela do Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura, a quem compete, nomeadamente:

(一) 審閱按行政長官每年以批示訂定的時間表提交的本身預算提案；

1) Apreciar os projectos de orçamento privativo, que lhe sejam submetidos de acordo com a calendarização fixada anualmente por despacho do Chefe do Executivo;

(二) 向行政長官建議委任行政管理委員會的成員；

2) Propor ao Chefe do Executivo a nomeação dos membros do Conselho Administrativo;

(三) 訂定指引和發出指令，以便教育發展基金的職責得以履行；

3) Definir orientações e emitir directivas com vista à prossecução das atribuições do FDE;

(四) 核准每年提交的關於推動和資助非高等教育發展的計劃及方針；

4) Aprovar o plano e as directrizes de promoção e financiamento ao desenvolvimento do ensino não superior, a apresentar anualmente;

(五) 核准年度活動計劃，當中應清楚列明擬達至的目標及擬運用的資源；

5) Aprovar o plano anual de actividades, com uma clara discriminação dos objectivos a atingir e dos recursos a utilizar;

(六) 核准年度管理報告，當中應準確列明已實踐的目標及所運用的資源；

(七) 核准上一年的年終帳目；

(八) 許可超出行政管理委員會具職權許可的法定金額的開支；

(九) 許可取得不動產、轉讓屬教育發展基金財產的不動產或對之設定負擔；

(十) 確認與澳門特別行政區其他公共或私人實體簽訂的協議及議定書；

(十一) 就涉及教育發展基金是否具職權推動及/或資助某一項目或活動的任何問題進行審查，並作出決定。

第四條 行政管理委員會

一、教育發展基金由一行政管理委員會管理。

二、行政管理委員會由五名成員組成，其中兩名成員分別為教育暨青年局局長及財政局代表，前者擔任主席一職；行政委員會的成員及其任期，由行政長官以批示委任和訂定。

三、主席不在或因故不能視事時，由其法定代任人代任；其餘正選委員不在或因故不能視事時，則由上款所指批示委任的候補成員代任。

四、主席在教育暨青年局的工作人員中指定一人作為行政管理委員會的秘書，並指定其代任人；秘書須列席會議，但無投票權。

第五條 行政管理委員會的職權

一、行政管理委員會具有下列職權：

(一) 經聽取教育暨青年局及教育委員會的意見後，向監督實體建議有關推動和資助非高等教育發展的計劃及方針；

(二) 許可按法律規定屬教育發展基金負擔的開支；

(三) 編製教育發展基金的本身預算案、有關的修正及修改，並將之呈交行政長官核准；

(四) 每年編製財務及活動報告以及管理帳目，將之呈交監督實體核准，並將其內容知會教育委員會；

6) Aprovar o relatório anual sobre a gestão efectuada, com uma rigorosa discriminação dos objectivos atingidos e dos recursos utilizados;

7) Aprovar a conta final relativa ao ano anterior;

8) Autorizar as despesas cujo montante seja superior ao legalmente fixado como competência própria do Conselho Administrativo;

9) Autorizar a aquisição, alienação e oneração de bens imóveis do património do FDE;

10) Homologar os acordos e protocolos a celebrar com outras entidades públicas ou privadas da Região Administrativa Especial de Macau, adiante designada por RAEM;

11) Apreciar e decidir acerca de quaisquer dúvidas relativas à competência do FDE para promover e ou financiar um determinado projecto ou acção.

Artigo 4.º

Conselho Administrativo

1. O FDE é gerido por um Conselho Administrativo.

2. O Conselho Administrativo é composto por cinco membros, entre os quais o director da DSEJ, que preside, e um representante da Direcção dos Serviços de Finanças, a nomear por despacho do Chefe do Executivo, que fixa a duração dos respectivos mandatos.

3. Nas suas ausências e impedimentos, o presidente é substituído pelo seu substituto legal, e os demais membros efectivos são substituídos pelos membros suplentes, a nomear no despacho referido no número anterior.

4. O presidente designa, de entre os trabalhadores da DSEJ, o secretário do Conselho Administrativo e o respectivo substituto, o qual assiste às reuniões sem direito de voto.

Artigo 5.º

Competências do Conselho Administrativo

1. Compete ao Conselho Administrativo:

1) Propor à tutela o plano e as directrizes de promoção e financiamento do desenvolvimento do ensino não superior, precedidos dos pareceres do Conselho de Educação e da DSEJ;

2) Autorizar as despesas que constituem encargos do FDE, nos termos da lei;

3) Elaborar a proposta do orçamento privativo do FDE, bem como as respectivas revisões e alterações, a submeter à aprovação do Chefe do Executivo;

4) Elaborar anualmente o relatório financeiro e das actividades desenvolvidas e a conta de gerência, a submeter à aprovação da tutela, dando a conhecer ao Conselho de Educação os respectivos conteúdos;

(五) 向監督實體建議有關不屬教育發展基金本身職權範圍但有利於其妥善管理財務的措施；

(六) 在任何爭議中捨棄請求或撤回訴訟、進行和解和作出認諾，以及承諾以仲裁方式處理之；

(七) 接受遺贈、遺產及贈與；

(八) 與澳門特別行政區其他公共或私人實體簽訂協議及議定書；

(九) 作出要求退還款項的決定，按照第十五條的規定實施處罰，並對未在所定期間內自行繳納者依法採取稅務執行程序；

(十) 訂立勞務提供合同，尤其是研究技術複雜性較高的事宜的顧問服務；

(十一) 建議修改本行政法規及教育發展基金發放財政援助的規章；

(十二) 議決所有與教育發展基金有關且依法未被排除在行政管理委員會職權範圍以外的事宜。

二、行政管理委員會可將本條第一款(六)項所賦予的及(九)項最後部分所賦予的職權授予主席，以及授權主席許可開支，尤其是簽訂開支金額不超過\$100,000.00(澳門幣拾萬元)的勞務提供合同。

三、在本條第一款(九)項最後部分所指職權的範圍內作出的行為，視為一般管理行為。

四、為適用本條第二款的規定，主席行使獲授予的職權而作出的行為須在隨後的首次行政管理委員會會議中予以追認，但一般管理行為除外。

第六條

行政管理委員會主席的職權

行政管理委員會主席具有下列職權：

(一) 將一切須由行政管理委員會議決的事宜送交該機關審議，並建議採取其認為對教育發展基金的良好運作屬必要的措施；

(二) 在法庭內外代表教育發展基金；

(三) 促使執行監督實體的決定及行政管理委員會的決議；

(四) 行使行政管理委員會授予的其他職權。

5) Propor à tutela as providências julgadas convenientes à adequada administração financeira do FDE que não caibam no âmbito das suas competências próprias;

6) Desistir, transigir e confessar em quaisquer litígios e comprometer-se por arbitragem;

7) Aceitar legados, heranças e doações;

8) Celebrar acordos e protocolos com outras entidades públicas ou privadas da RAEM;

9) Determinar a reposição de quantias, aplicar as sanções previstas no artigo 15.º, e desencadear o processo de execução fiscal na falta de pagamento voluntário no prazo fixado, nos termos da lei;

10) Celebrar contratos de prestação de serviços, nomeadamente, de consultadoria para o estudo de matérias de elevada complexidade técnica;

11) Propor as alterações ao presente regulamento administrativo, bem como ao regulamento de concessão de apoios financeiros pelo FDE;

12) Deliberar sobre tudo o que interessa ao FDE e não seja por lei excluído da sua competência.

2. O Conselho Administrativo pode delegar no presidente as competências conferidas na alínea 6) e na parte final da alínea 9) do n.º 1 do presente artigo, bem como a competência para autorizar despesas, nomeadamente com a celebração de contratos de prestação de serviços até ao limite de \$ 100 000,00 (cem mil patacas).

3. Os actos praticados no âmbito da competência a que se refere a parte final da alínea 9) do n.º 1 do presente artigo são considerados actos de gestão corrente.

4. Para efeitos do n.º 2 do presente artigo, os actos praticados pelo presidente no uso das competências que lhe forem delegadas devem ser ratificados na reunião do Conselho Administrativo que se seguir à sua prática, com excepção dos actos de gestão corrente.

Artigo 6.º

Competências do presidente do Conselho Administrativo

Compete ao presidente do Conselho Administrativo:

1) Submeter à apreciação do Conselho Administrativo todos os assuntos que careçam de deliberação deste órgão, propondo a adopção das medidas que julgue necessárias ao bom funcionamento do FDE;

2) Representar o FDE em juízo e fora dele;

3) Fazer executar as decisões da entidade tutelar e as deliberações do Conselho Administrativo;

4) Exercer as demais competências que lhe sejam delegadas pelo Conselho Administrativo.

第七條

行政管理委員會的運作

一、行政管理委員會每月舉行兩次平常會議，主席亦可主動或應任一成員的建議召開特別會議。

二、行政管理委員會的決議取決於出席成員的多數票，而主席所投的票具決定性。

三、主席可視乎商議事宜性質的需要，主動或應行政管理委員會的要求邀請明顯有助商議有關事宜的人士列席會議，但該等人士無投票權。

四、行政管理委員會的每次會議均須繕立會議紀錄，其內須摘錄會議上發生的一切事情，尤須指出會議日期、地點、出席成員、審議事項、提出的意見及建議、所作決議，以及有關表決的結果。

第八條

報酬

一、行政管理委員會成員有權每月收取 \$6,600.00（澳門幣陸仟陸佰元）的報酬。

二、屬代任的情況，代任人每次出席會議有權收取上款所指定金額除以該月會議次數所得的相應份額，而該份額在有關正選成員的報酬中扣除。

三、行政長官得以公佈於《澳門特別行政區公報》的批示調整第一款所指的金額。

第九條

援助

教育暨青年局負責向教育發展基金提供行政及技術上的援助，尤其是編製須呈交監督實體核准的文件，分析有關財政援助的申請並發表意見，監察所發放的財政援助是否被正確運用，以及進行會計編製。

第十條

運用

教育發展基金的財政及財產資源用於履行其職責所需的開支。

Artigo 7.º

Funcionamento do Conselho Administrativo

1. O Conselho Administrativo reúne ordinariamente duas vezes por mês e, extraordinariamente, sempre que o seu presidente o convoque por iniciativa própria ou por proposta de qualquer dos membros.

2. As deliberações do Conselho Administrativo são tomadas por maioria de votos dos membros presentes, tendo o presidente voto de qualidade.

3. Quando a natureza dos assuntos a tratar o aconselhe, o presidente, por sua iniciativa ou a pedido do Conselho Administrativo, pode convidar a participar nas reuniões, sem direito a voto, pessoas cuja presença se revista de manifesto interesse.

4. De cada reunião do Conselho Administrativo é lavrada acta, a qual deve conter o resumo de tudo o que nela tiver ocorrido, indicando, designadamente, a data e o local da reunião, os membros presentes, os assuntos apreciados, os pareceres emitidos e as propostas apresentadas, as deliberações tomadas e os resultados das respectivas votações.

Artigo 8.º

Remunerações

1. Os membros do Conselho Administrativo têm direito a uma remuneração mensal, no montante de \$ 6 600,00 (seis mil e seiscentas patacas).

2. Nos casos de substituição, o substituto tem direito, por cada reunião em que participe, à quota-parte correspondente à divisão do montante referido no número anterior pelo número de reuniões efectuadas no respectivo mês, a qual é deduzida à remuneração do membro efectivo.

3. O montante indicado no n.º 1 pode ser actualizado por despacho do Chefe do Executivo, a publicar no *Boletim Oficial* da RAEM.

Artigo 9.º

Apoio

Compete à DSEJ apoiar técnica e administrativamente o FDE, nomeadamente elaborar a documentação a submeter à aprovação da tutela, analisar os pedidos de apoio financeiro emitindo, para o efeito, parecer, fiscalizar a correcta aplicação dos apoios financeiros concedidos, e processar a organização contabilística.

Artigo 10.º

Aplicações

Os recursos financeiros e patrimoniais do FDE destinam-se à satisfação dos encargos decorrentes das suas atribuições.

第十一條
銀行帳戶的管理

一、教育發展基金開立一個無回報的銀行帳戶，且只能在庫房的代理銀行開立，所有收支均透過該帳戶提存。

二、教育發展基金的款項以支票或付款委託書調動，兩者均須由行政管理委員會兩名成員簽名，其中一名成員須為主席。

第十二條
免除費用

免除教育發展基金繳付任何有關其簽署的合同或所參與的行為的一切行政費用或手續費。

第十三條
預算及會計的規則

對教育發展基金預算的編製、收支的記帳及由本行政法規所引致的其他義務，均適用第6/2006號行政法規的規定。

第十四條
發放財政援助

教育發展基金發放財政援助的制度載於由行政長官以公佈於《澳門特別行政區公報》的批示所核准的規章內。

第十五條
退還及處罰

一、如申請人作出虛假聲明、提供虛假資料或利用其他不法手段而取得財政援助，須退還所收取的款項，並科相等於該款項百分之十五至百分之二十的罰款。

二、如因前款所指情況而引致刑事責任，則僅就有關刑事責任對違法者作出處罰。

三、有關違法者在兩年內尚不獲教育發展基金發放財政援助，且不影響上兩款規定的適用。

四、如不舉行教育發展基金所資助的有關活動的原因可歸責於違法者，則該違法者須退還所收取的款項，並科相等於該款項百分之十至百分之十四的罰款。

Artigo 11.º

Gestão da conta bancária

1. O FDE dispõe de uma conta bancária não remunerada, aberta em banco agente do Tesouro, através da qual são movimentadas todas as suas receitas e despesas.

2. A movimentação das verbas do FDE é feita por cheque ou por ordem de pagamento com a assinatura de dois membros do Conselho Administrativo, sendo uma delas do presidente.

Artigo 12.º

Isenção de taxas

O FDE é isento de quaisquer taxas administrativas ou emolumentos, relativamente a actos e contratos em que outorgue ou intervenha.

Artigo 13.º

Regras orçamentais e contabilísticas

À organização do orçamento do FDE, contabilização das receitas e despesas e demais obrigações decorrentes do presente regulamento administrativo, é aplicável o disposto no Regulamento Administrativo n.º 6/2006.

Artigo 14.º

Concessão de apoios financeiros

O regime de concessão de apoios financeiros pelo FDE consta de regulamento a aprovar por despacho do Chefe do Executivo, a publicar no *Boletim Oficial* da RAEM.

Artigo 15.º

Reposição e sanções

1. A prestação de falsas declarações, informações ou uso de outros meios ilícitos por parte do requerente para obtenção de apoio financeiro, determina a reposição do montante recebido, e a aplicação de uma multa no valor de 15% a 20% deste montante.

2. Caso a situação referida no número anterior implique responsabilidade criminal, o infractor é punido apenas a título desta.

3. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, o infractor pode, ainda, ficar impedido de beneficiar dos apoios financeiros a conceder pelo FDE, durante o período de 2 anos.

4. Quando, por motivos imputáveis ao infractor, não sejam realizadas as actividades financiadas pelo FDE, aquele fica obrigado a proceder à reposição do montante recebido, ficando, ainda, sujeito à aplicação de uma multa no valor de 10% a 14% deste montante.

五、如不舉行教育發展基金所資助的有關活動的原因不可歸責於財政援助受惠人，則該受惠人須退還所收取的款項。

六、為適用上款的規定，財政援助受惠人應自獲資助的活動未能舉行的事實發生日起計三十日內，向行政管理委員會作出具適當理由說明的解釋和退還所收取的款項。

七、未在上款所指期間內作出解釋，又或有關理由不獲行政管理委員會接納者，須按有關情況適用第一款、第三款及第四款的規定。

八、為適用第一款、第三款及第四款的規定，尤應衡量有關違法行為的嚴重性、屬故意或是過失，以及是否累犯。

第十六條 累犯及其效果

一、自作出有關違法行為之日起計四年內再作相同性質的違法行為者，視為累犯。

二、如屬累犯，罰款的下限將提高四分之一。

三、如違法者為累犯，上條第三款就附加制裁所定的期限提高至兩倍。

第十七條 罰款的歸屬

徵收罰款的所得屬教育發展基金的收入。

第十八條 撤銷

教育發展基金被撤銷時，其財產撥歸澳門特別行政區。

第十九條 修改第 6/1999 號行政法規

在經第 25/2004 號行政法規修改的第 6/1999 號行政法規第五條第二款所指的附件五增加（十七）項，內容如下：

“（十七）教育發展基金。”

5. Quando, por motivos não imputáveis ao beneficiário do apoio financeiro, não sejam realizadas as actividades financiadas pelo FDE, aquele fica obrigado a proceder à reposição do montante recebido.

6. Para efeitos do número anterior, o beneficiário do apoio financeiro deve apresentar junto do Conselho Administrativo, no prazo de 30 dias, contados da ocorrência do facto impeditivo à realização da actividade financiada, justificação devidamente fundamentada dos motivos, e proceder à reposição do montante recebido.

7. A não apresentação da justificação no prazo referido no número anterior ou a não aceitação pelo Conselho Administrativo das razões apresentadas determinam a aplicação do disposto nos n.ºs 1, 3 e 4, consoante o que ao caso couber.

8. Para efeitos do disposto nos n.ºs 1, 3 e 4 deve ser ponderado, nomeadamente a gravidade da infracção, o dolo ou a negligência, e a reincidência.

Artigo 16.º

Reincidência e seus efeitos

1. Considera-se reincidência a infracção cometida antes de decorrido o prazo de 4 anos sobre a prática de outra infracção da mesma natureza.

2. Em caso de reincidência, o limite mínimo das multas é elevado de um quarto.

3. O limite temporal estabelecido para a sanção acessória prevista no n.º 3 do artigo anterior é elevado para o dobro quando o respectivo infractor seja reincidente.

Artigo 17.º

Destino das multas

O produto das multas constitui receita do FDE.

Artigo 18.º

Extinção

Em caso de extinção, o património do FDE reverte a favor da RAEM.

Artigo 19.º

Alteração ao Regulamento Administrativo n.º 6/1999

É aditada uma alínea 17) ao Anexo V a que se refere o n.º 2 do artigo 5.º do Regulamento Administrativo n.º 6/1999, na redacção que lhe foi conferida pelo Regulamento Administrativo n.º 25/2004, com a seguinte redacção:

«17) Fundo de Desenvolvimento Educativo.»

第二十條
生效

本行政法規自公佈翌日起生效。
二零零七年八月二十七日制定。
命令公佈。

行政長官 何厚鏞

Artigo 20.º

Entrada em vigor

O presente regulamento administrativo entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovado em 27 de Agosto de 2007.

Publique-se.

O Chefe do Executivo, *Ho Hau Wah*.

澳門特別行政區
第17/2007號行政法規

修改《免費教育津貼制度》

行政長官根據《澳門特別行政區基本法》第五十條（五）項及第9/2006號法律第二十一條的規定，經徵詢行政會的意見，制定本行政法規。

第一條
修改

對訂定《免費教育津貼制度》的第19/2006號行政法規第二條、第六條、第九條、第十條、第十二條及第十四條修改如下：

“第二條
範圍

一、凡屬澳門特別行政區居民且在上條所指學校（以下簡稱“學校”）註冊及接受正規教育的學生，均為免費教育津貼的受益人。

二、為適用上款的規定，在學校接受已加入免費教育學校系統的各階段正規教育的學生方視為津貼受益人，且不影響第9/2006號法律第三十六條第五款規定的適用。

第六條
津貼金額

一、

（一）學生人數為二十五至三十五人的幼兒及小學教育的班級，津貼金額定為 \$400,000.00（澳門幣肆拾萬元）；

REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL
DE MACAU

Regulamento Administrativo n.º 17/2007

Alteração ao Regime do Subsídio de Escolaridade Gratuita

O Chefe do Executivo, depois de ouvido o Conselho Executivo, decreta, nos termos da alínea 5) do artigo 50.º da Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau e nos termos do artigo 21.º da Lei n.º 9/2006, para valer como regulamento administrativo, o seguinte:

Artigo 1.º

Alterações

Os artigos 2.º, 6.º, 9.º, 10.º, 12.º e 14.º do Regulamento Administrativo n.º 19/2006, que define o regime do subsídio de escolaridade gratuita, passam a ter a seguinte redacção:

«Artigo 2.º

Âmbito

1. Beneficiam do subsídio de escolaridade gratuita os alunos residentes da Região Administrativa Especial de Macau, que se encontrem matriculados e a frequentar a educação regular, nas escolas referidas no artigo anterior, adiante abreviadamente designadas por escolas.

2. Sem prejuízo do disposto no n.º 5 do artigo 36.º da Lei n.º 9/2006, e para efeitos do número anterior, apenas são considerados os alunos que estejam a frequentar os níveis de ensino da educação regular, que a escola tenha integrado no sistema escolar de escolaridade gratuita.

Artigo 6.º

Montante do subsídio

1. [...]:

1) Para as turmas do ensino infantil e primário, cujo número de alunos seja igual ou superior a 25 e não exceda os 35, o montante é fixado em \$ 400 000,00 (quatrocentas mil patacas);